

Boletim Informativo

JUNHO A AGOSTO DE 2014 | LISBOA.PCP.PT



DA EMISSÃO DA APÓLICE À EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR

O processo decorrente da contratação de grande parte dos seguros até à entrega da apólice ao tomador do seguro, bem como o recebimento do prémio e o respectivo processamento, em comparação com o passado, é tão célere que pode dizer-se que está ao alcance de alguns cliques.

Em alguns casos em que há mediação, não se verifica qualquer contacto entre o cliente e a seguradora. Eliminaram-se várias fases intermédias de uma cadeia burocrática e morosa que atravessava vários serviços e empregava muitos trabalhadores. Este exemplo de racionalização multiplicou-se em todas as áreas das seguradoras. A produtividade aumentou exponencialmente em consequência da introdução de novas tecnologias, acompanhada de novos processos de gestão e organização e da crescente qualificação dos trabalhadores.

Os avanços da ciência e da tecnologia e a qualificação da força de trabalho permitiram pensar numa sociedade diferente em que as relações de trabalho se humanizariam com o reconhecimento do valor do trabalho e o pagamento de salários condignos. Os trabalhadores teriam mais tempos livres para conviverem com a família e dedicarem-se ao estudo e a actividades desportivas, recreativas e culturais. Não dedicariam mais tempo ao patrão do que aos filhos.

Mas verificou-se precisamente o contrário porque o progresso tecnológico numa

sociedade capitalista é apropriado pelos interesses egoístas do poder dominante e o trabalho é desvalorizado. Em vez de satisfazerem necessidades sociais, as grandes companhias reduzem o número de trabalhadores, prolongam horários de trabalho, diminuem salários reais e roubam direitos. A instabilidade é fomentada com vista a fragilizar o trabalhador e impor o trabalho precário. A criação de um exército de desempregados, uma reserva onde o patronato aluga trabalhadores pelo tempo que quer e por quanto quer, é uma prática que integra um sistema de exploração dos trabalhadores.

O patronato beneficia da revolução científica e tecnológica, mas não partilha os ganhos de produtividade. Obriga os trabalhadores a um recuo civilizacional em que desaparecem os direitos e se inculcam deveres. O grande capital não desdenharia, se tal fosse possível e lhe trouxesse lucros, de fazer recuar a sociedade aos tempos do paleolítico.

«Os avanços da ciência e da tecnologia e a qualificação da força de trabalho permitiram pensar numa sociedade diferente em que as relações de trabalho se humanizariam»



Privatizações

Posição do PCP sobre a privatização da parte seguradora do Grupo Caixa. **Pág. 2**

CDU - Parlamento Europeu

Uma vitória da esperança e da confiança. **Pág. 2**

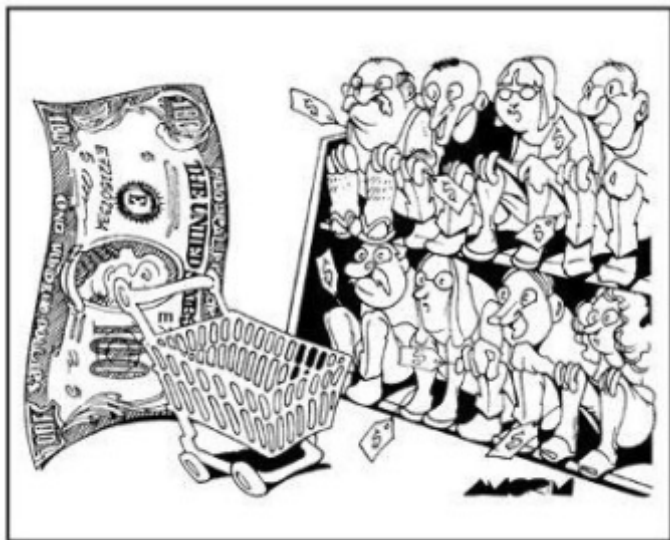
Memória

A luta dos trabalhadores dos Seguros e o jornal Avante! de Janeiro de 1953. **Pág. 3**

Posição do PCP sobre a Privatização dos seguros da Caixa Geral de Depósitos

« PCP contra venda da Caixa Seguros e Saúde - Novo golpe na economia nacional »

A decisão do Governo de vender por mil milhões de euros à Fuson International Limited 80 por cento do capital social das empresas seguradoras do Grupo Caixa Seguros e Saúde (Fidelidade, Multicare e Cares), constitui, para o PCP, um crime contra a economia nacional e os interesses dos trabalhadores. Num comunicado do seu Gabinete de Imprensa emitido no dia 9, o PCP salienta que este negócio – que culmina o processo de privatização do



grupo – significa que o Estado abdica de intervir num sector da maior importância para o País, deixando a «quase totalidade da actividade seguradora em Portugal nas mãos do capital estrangeiro».

O PCP, que chama ainda a atenção para o facto de poderem estar em risco muitos dos 3000 postos de trabalho assegurados por estas empresas do Grupo Caixa, lembra que estas são responsáveis por 30 por cento da actividade seguradora no País, constituindo ainda uma «importante fonte de receita (mais de 600 milhões de euros desde 2006 até hoje) para o único grupo financeiro público no nosso País». O Partido alerta ainda para o processo pouco transparente e pouco credível que esteve por detrás deste negócio. Ainda há pouco tempo, recorda o PCP, e antecedendo o anúncio da privatização, foi reduzido em 37 por cento o capital social da Fidelidade, para assim tornar o negócio mais apetecível aos potenciais compradores.

Os comunistas apelam ainda aos trabalhadores do Grupo Caixa Seguros e Saúde para que lutem em defesa dos seus direitos laborais, a começar pelo próprio direito ao trabalho.

*Publicado no jornal «Avante!», n.º 2094
16 Janeiro de 2014*

Parlamento Europeu 2014 CDU, uma vitória da confiança e da esperança

O aumento da expressão e influência eleitorais da CDU – passando de 10.7% para mais de 12% – e o aumento do número de mandatos com a eleição do terceiro deputado (tão mais valorizável quanto obtido no quadro da redução do número total de deputados portugueses) constitui um dos mais significativos êxitos eleitorais da CDU para o Parlamento Europeu, a mais expressiva dos últimos 25 anos. Constitui simultaneamente um factor de confiança para afirmar não só a necessidade mas também da possibilidade de, pelo reforço da CDU, abrir caminho a uma política alternativa, patriótica e de esquerda que rompa com a política de direita que há décadas PS, PSD e CDS têm imposto ao País.

O resultado da CDU que é antes de mais a vitória da confiança e da esperança sobre a desistência e o fatalismo, uma vitória da verdade sobre a mentira, uma clara afirmação da vontade popular e da sua força para tomar nas mãos a construção de um futuro melhor e mais digno.

Um resultado que, confirmando o avanço eleitoral em sucessivos actos eleitorais, é também expressão da contribuição dada pela CDU com a sua votação mas

também com o seu esclarecimento e mobilização, para a pesada derrota que os partidos do Governo, PSD e CDS, sofreram nestas eleições.

Os resultados agora conhecidos confirmam uma inequívoca derrota dos partidos do governo e uma contundente condenação da sua política. Um resultado que expressa no plano eleitoral o indisfarçável isolamento político e social do Governo PSD/CDS-PP para o qual, a luta dos trabalhadores e do povo português e a intervenção coerente das forças que integram a CDU, deram a mais decisiva contribuição.

*Excerto da intervenção de
Jerónimo de Sousa,
Secretário Geral do PCP no
dia 25 de Maio de 2014*





Ano de 1953: o Avante! e a luta nos Seguros

«Os profissionais de Seguros - Reclamam aumento de salários»



A imagem acima corresponde a um exemplar original do jornal *Avante!* clandestino de Janeiro de 1953, como exemplo da importância que o PCP sempre deu às lutas dos trabalhadores de seguros, neste caso referindo-se a uma reivindicação de salários e à melhoria da contratação colectiva de trabalho. Incitava os trabalhadores a organizar a luta sindical, sublinhando que “é no local de trabalho, é junto do patronato que deveis actuar coordenadamente com mais insistência e firmeza”.

Foi neste sentido que se desenvolveram, ao longo dos anos, muitas das lutas dos trabalhadores de seguros em que os comunistas estiveram sempre presentes ao lado de muitos outros trabalhadores nos “sindicatos nacionais”.

Os “sindicatos nacionais”, consagrados pelo Estatuto Nacional do Trabalho, em 1933, inspirado na Carta del Lavoro de Mussolini, e assim chamados dada a génese nacionalista do regime e os seus objectivos, fundamentavam a sua acção na colaboração do trabalho com o capital para promover a chamada “paz social”.

Os próprios estatutos do Sindicato de Seguros diziam que este “repudia o princípio de luta de classes e toda a manifestação interna ou externa contrária aos interesses da Nação”. As lutas dos trabalhadores,

entre as quais a greve, por serem contrárias aos interesses do patronato, eram proibidas. Em suma, os sindicatos foram fascizados.

As direcções dos sindicatos tinham a confiança do regime corporativo-fascista. Se uma direcção se salientasse na defesa dos interesses dos trabalhadores, o governo exonerava-a e, em sua substituição, nomeava uma Comissão Administrativa, como aliás sucedeu nos seguros. Alguns trabalhadores de seguros, precisamente por defenderem os interesses da sua classe, entre os quais um presidente do Sindicato, foram presos.

Tudo o que contribuísse para a emergência de reivindicações estava excluído dos planos de actividade das direcções.

Durante muitos anos, preponderou a formação técnica de seguros sendo mesmo publicada uma revista especializada, a divulgação de acções de índole corporativa, a realização de torneios desportivos, e no campo cultural promoviam-se jogos florais. Os sócios tinham ao seu dispor uma biblioteca. Na Assembleia Geral Ordinária, uma vez por ano, para discussão do relatório e contas e o orçamento lá se abordavam outros assuntos como os da Caixa Sindical de Previdência. No mesmo sentido, algumas seguradoras, por intermédio de grupos desportivos e culturais, fomentavam a participação dos trabalhadores nas actividades da FNAT, uma instituição criada, tal como os sindicatos, segundo o modelo do fascismo italiano. A discussão para melhorar as condições de vida e de trabalho só acontecia quando os trabalhadores, organizados, obrigavam a direcção sindical a agir.

Continua na edição de Setembro do Boletim Informativo do Sector de Seguros da ORL do PCP

«O jornal *Avante!* é o órgão oficial do Partido Comunista Português.

A primeira edição data de 15 de Fevereiro de 1931 e a primeira legal, de 17 de Maio de 1974.

O *Avante!* é o jornal comunista clandestino que maior durabilidade alcançou a nível mundial, com produção e distribuição regular no interior de um país dominado por uma ditadura fascista.»

Na primeira pessoa...



A realidade das empresas de outsourcing no Sector dos Seguros

Cada vez mais as grandes companhias vão descentralizando os seus serviços recorrendo a empresas de trabalho temporário (*outsourcing*), inclusivamente para serviços que fazem parte da sua actividade regular (assistência, linhas de apoio ao cliente, vendas, simulações, anulações, etc.).

Alcançam dois objectivos: flexibilizam o custo do trabalho, alterando o quadro de pessoal a seu belo prazer; roubam-nos a protecção e garantias consagradas no Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) ao não sermos considerados trabalhadores dos seguros (por exemplo, em inúmeros *call-center's*).

Apesar de termos contrato assinado com empresas de trabalho temporário exigem-nos diversos conhecimentos específicos e de relação directa com os clientes das companhias.

Se trabalhamos de forma permanente para a mesma companhia de seguros (ao longo de anos!), seja na assistência, atendimento telefónico, entre outras, exigimos ser equiparados aos restantes trabalhadores, sermos considerados profissionais dos Seguros.

Havendo dois CCT's em vigor, constatamos de forma clara que o de 2008 (SINAPSA) é o que nos serve. É importante esclarecer o que isso significa:

- ✍ **Horário de trabalho:** a carga horária de 35 horas semanais e não 40;
- ✍ **Dias de férias:** 25 dias úteis por ano;
- ✍ **Promoções Obrigatórias:** após 2 anos no nível IV (717,34€) passa ao nível IX (963,57€) e mais 7 anos passa ao nível X (1053,11€);
- ✍ **Prémios de Antiguidade;**
- ✍ **Suplemento por isenção de horário;**
- ✍ **Baixas médicas** nos primeiros três dias pagas integralmente (não suportadas pela Segurança Social);
- ✍ **Entre outras.**

Não estamos condenados a uma vida precária, ao serviço de quem usa e abusa de contratos temporários. Não podemos correr o risco de a empresa seguradora mudar de empresa de recursos humanos e rasgarem os nossos contratos, regressando novamente ao trabalho para a mesma seguradora (como acontece!) com a antiguidade a zero... e existem colegas com as mesmas funções mas com remunerações diferentes.

Só combateremos esta situação com a união de todos os trabalhadores e a sua sindicalização. Só assim poderemos aumentar o nosso poder negocial e pressionar o patronato no sentido da melhoria das nossas condições de trabalho. Só assim poderemos ter o respeito que merecemos, porque é o nosso trabalho que cria a fortuna deles!

O QUE É UM CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO? É uma convenção celebrada por um sindicato com as entidades patronais de um sector de actividade que garante um conjunto de direitos a todos os trabalhadores sindicalizados. O CCT do SINAPSA constitui um património de direitos conquistados pela luta de décadas dos trabalhadores dos Seguros.

Festa do Avante, a Festa de Abril!

5, 6 e 7 de Setembro na Quinta da Atalaia - Amora, Seixal

Compra já a tua EP (Entrada Permanente) por 21€ e poupa 11€ no Centro de Trabalho Vitória do PCP na Avenida da Liberdade, n. 170 ou entra em contacto connosco!



A Festa de Abril

5, 6, 7 Setembro 2014 • Atalaia, Amora, Seixal

TOMA PARTIDO, JUNTA A TUA À NOSSA VOZ!

Se pretendes contribuir para a elaboração do Boletim Informativo do Sector de Seguros da Organização Regional de Lisboa ou se pretendes aderir ou receber mais informações sobre a actividade e posições políticas do PCP, entra em contacto connosco através do e-mail seguros.dorl.pcp@gmail.com ou do telemóvel 91 250 49 60.

SECTOR DOS SEGUROS
DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO PCP